

Ambiente

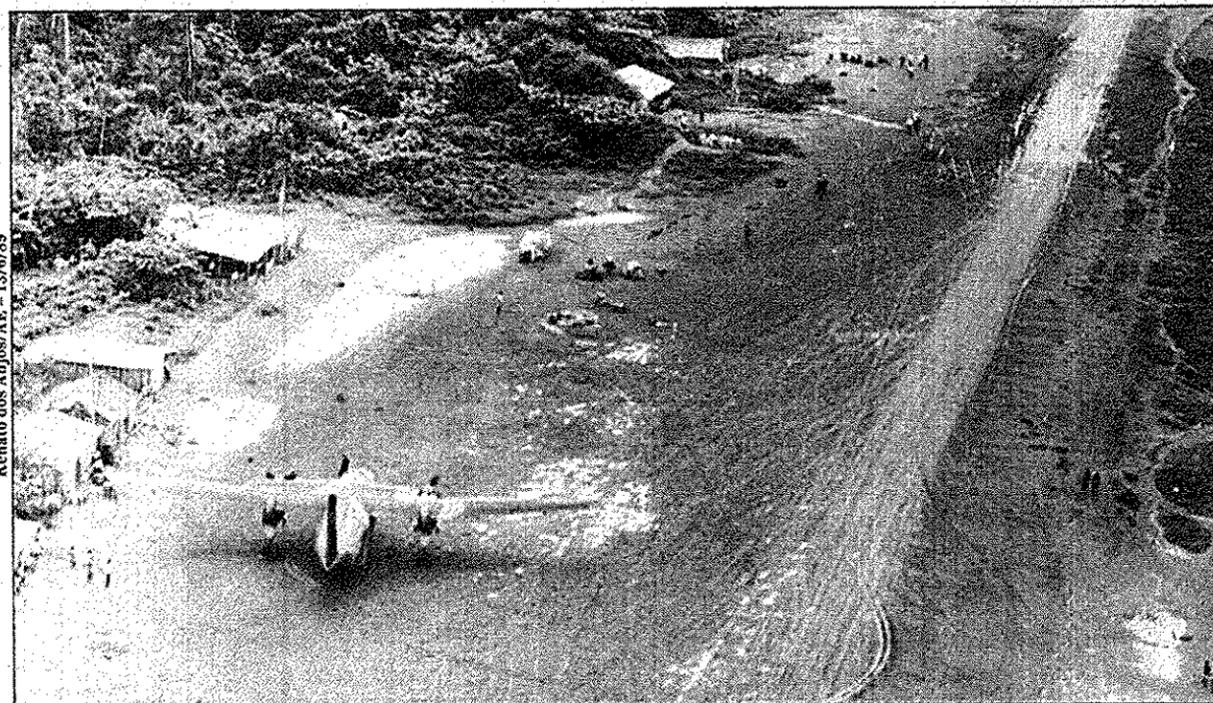
O governo confirma: vai mesmo alterar a execução do projeto militar que favorecia a ocupação descontrolada da região das fronteiras. A ordem, agora, é proteger a ecologia.

Calha-Norte: militares perdem a prioridade.

O governo federal está realmente decidido a modificar o projeto Calha-Norte, retirando suas características militares e desenvolvimentistas, para transformá-lo "num esquema de proteção das fronteiras, das florestas e dos rios". A confirmação dessa determinação do presidente Collor de Mello foi feita ontem em Foz do Iguaçu, no Paraná, pelo secretário do Meio Ambiente José Lutzenberger que, no entanto, enfatizou: "O problema da Amazônia é tão vasto, tão grande e tão difícil que somente com a ajuda das Forças Armadas nós poderemos controlá-lo".

A revisão do projeto Calha-Norte foi determinada pelo presidente na semana passada ao secretário para Assuntos Estratégicos Pedro Paulo Leone Ramos. E, em reunião de todo o ministério e secretários especiais, no último dia 21, Collor de Mello recomendou prioridade absoluta à preservação do meio ambiente nas áreas atingidas pelo projeto depois de ouvir Lutzenberger lembrar que as principais restrições feitas pelos ambientalistas ao Calha-Norte se devem aos danos causados ao ecossistema durante a execução do programa.

A posição do novo governo contraria o interesse das Forças Armadas que alimentavam com o projeto um ambicioso plano de militarização das fronteiras. O Calha-Norte começou a ser gerado no Ministério do Exército mas acabou executado pelo Conselho de Segurança Nacional, apesar de não ter recebido o aval do Congresso Nacional. Hoje, o Exército mantém na região 6.500 homens em 12 bases militares. Seu objetivo é ocupar uma área de 6.500 km de comprimento por 160 de largura nas divisas dos estados do Pará e Amazonas e territórios de Amapá e Rondônia com as Guianas, Suriname, Venezuela e Colômbia. São 1,2 milhão de Km2 onde vivem cerca de 1,6 milhão de pessoas, em grande parte índios. O projeto começou a ser executado



Renato dos Anjos/AF - 13/6/89

O projeto não reprime os garimpeiros que utilizam pistas de pouso clandestinas

em 1985 mas só em 1986 sua existência chegou ao conhecimento público. Na época a justificativa apresentada foi de que era uma ação necessária para conter os traficantes de drogas e contrabandistas de ouro que operam na região. Setores da Igreja, porém, acusam os militares de favorecer a atuação dos garimpeiros (há 50 mil na região) e, com isso, permitir o genocídio dos índios e a devastação de grandes áreas da floresta amazônica.

PRIMEIRA VÍTIMA

A intenção do governo Collor em adequar o projeto Calha-Nor-

te a novas realidades provocou sua primeira baixa. O sertanista Cornélio Vieira de Oliveira foi exonerado do cargo de assessor de Assuntos Fundiários da Funai (Fundação Nacional do Índio), pelo presidente do órgão, coronel Aírton Alcântara, porque fez um relatório para subsidiar a viagem do presidente Collor de Mello a Roraima, demonstrando como o projeto militar atropelou a ação da Funai entre os índios ianomamis.

O documento acabou sendo entregue ao presidente Collor mas com alguns cortes. Ao tomar co-

nhecimento do fato, o secretário-geral da Presidência Marcos Coimbra repreendeu Alcântara. O puxão de orelha irritou o presidente da Funai que exonerou o assessor.

"Como podemos esconder a realidade do nosso próprio presidente?", indagava-se ontem o sertanista, atônito com a exoneração. No relatório sobre os ianomamis, ele dizia que desde a implantação do Calha-Norte, "a Funai ficou a reboque do processo" e "o campo ficou limpo para os garimpeiros", frases cortadas pelo coronel.

Os planos para a Amazônia, segundo Lutzenberger.

No I Simpósio sobre Conservação Ambiental e Desenvolvimento Florestal do Cone Sul — que reuniu em Foz do Iguaçu mais de 600 técnicos e ambientalistas do Brasil e da América Latina — uma das críticas de José Lutzenberger foi dirigida à atividade de garimpo na Amazônia. "No garimpo, só prosperam prostitutas, pilotos, donos de pistas e donos de garimpo. Já os

garimpeiros, os que trabalham, acabam morrendo de malária ou então se matam."

Para controlar o problema, uma das medidas, segundo Lutzenberger, é a anunciada explosão das pistas clandestinas de pouso, decidida pelo presidente Collor. Mas a Amazônia precisa de muitas outras e a principal, segundo ele, é uma definição de uma política para

toda a região. "Já estamos elaborando um levantamento sobre as vocações da Amazônia, trabalho que será realizado nos próximos 12 meses, reunindo dados já disponíveis e imagens de satélite. A partir das conclusões desse levantamento é que haverá a definição de uma política de ocupação da Amazônia. Acho, porém, que a maior parte dela não deve ser ocupada."